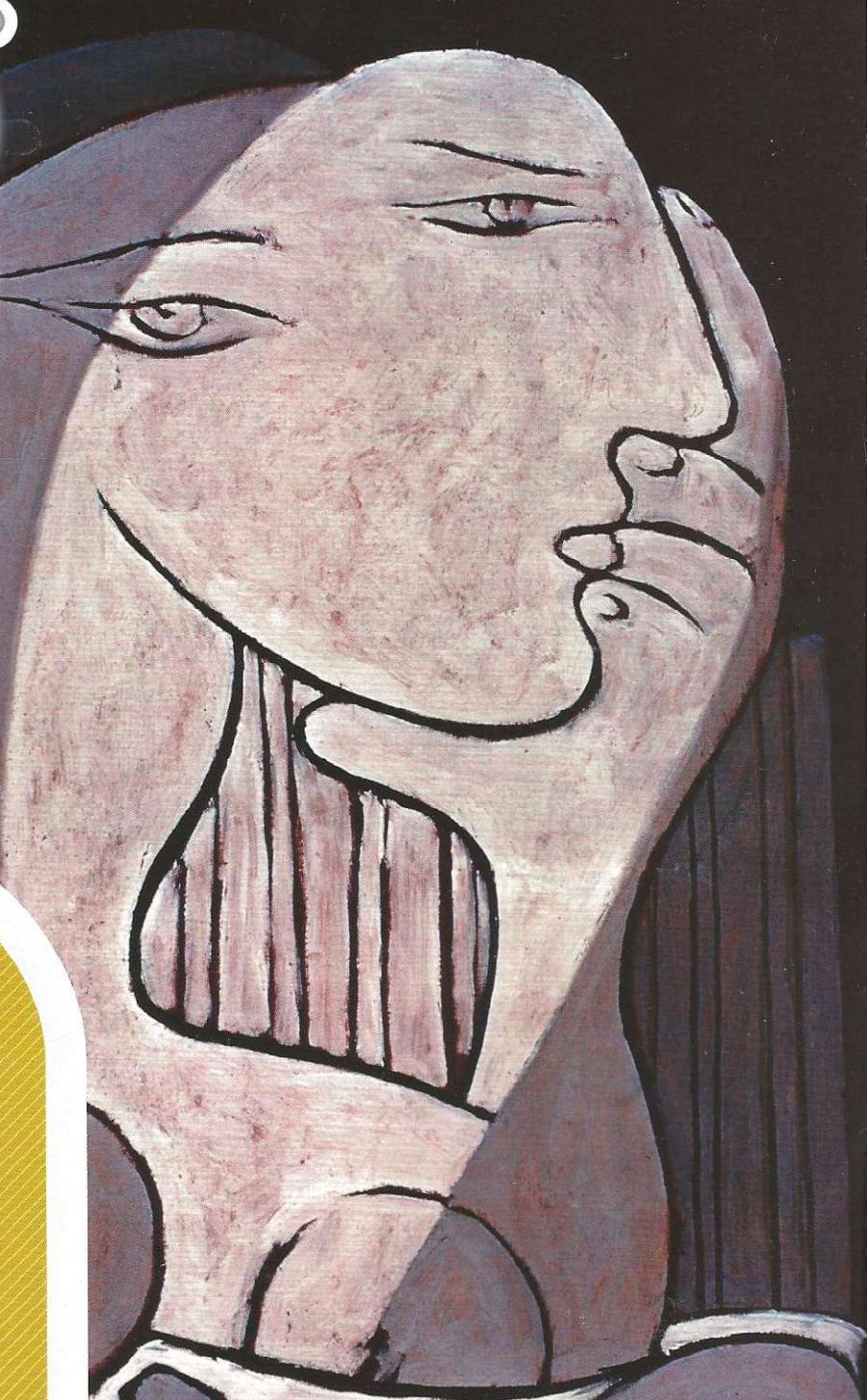


Maria Lúcia de Arruda Aranha
Maria Helena Pires Martins

FILOSOFANDO

Introdução à Filosofia



Volume Único

Componente curricular: FILOSOFIA

 **Moderna**

Apresentação

A primeira intenção de uma obra de filosofia para o ensino médio não é a de formar filósofos, embora seu estudo eventualmente possa despertar vocações. O que se visa é estimular a reflexão do aluno, levando-o a desenvolver um novo olhar sobre o mundo, típico da especificidade do filosofar.

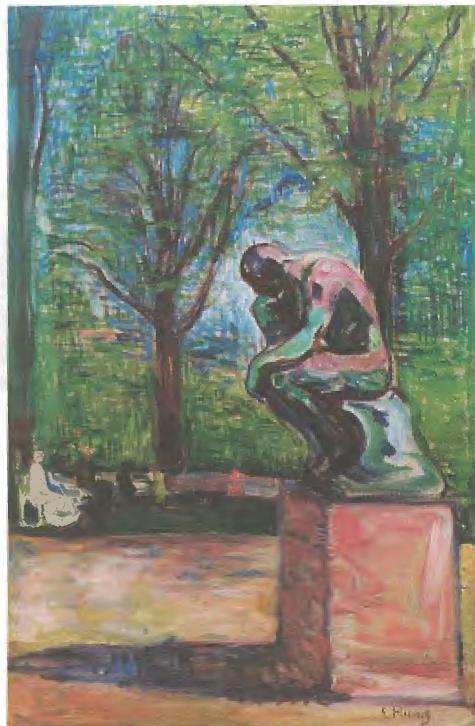
Se é verdade que a filosofia trabalha com conceitos, isso não significa que ela se distancia da vida. Muito pelo contrário, ela desenvolve a percepção sobre o cotidiano, levando as pessoas a questionarem o senso comum e a descobrirem novos significados para a existência, para as relações humanas que se estabelecem a partir dela e para o convívio com a natureza.

Todos nós sempre nos colocamos questões de caráter filosófico: O que é o ser humano? Ele é livre? O que é conhecimento? Que tipos de valores orientam a ciência? O que é ser justo? O que caracteriza um bom político? Que tipo de conhecimento a arte nos propicia? Deus existe? O que é ser moral? O que é democracia? Existem limites para a liberdade?

Essas indagações poderão ser mais bem discutidas se nos familiarizarmos com o pensamento dos filósofos, não para nos guarmos por eles, mas para entrarmos em contato com as polêmicas que eles desencadearam, ampliando desse modo nossa capacidade de reflexão crítica.

A nossa expectativa é que este livro contribua para desenvolver as competências típicas da reflexão filosófica e para uma intervenção crítica e responsável na sociedade atual. Um bom estudo!

A reflexão filosófica, indagativa, do ser humano, foi tema de uma obra famosa do escultor francês Auguste Rodin (1840-1917): *O pensador*, de 1881. O pintor norueguês Edvard Munch (1863-1944), conhecedor da arte de Rodin, prestou-lhe uma homenagem, reproduzindo em sua pintura *O pensador de Rodin*, de 1907, a célebre escultura que o inspirou.



AKG IMAGES - LATINSTOCK - MUSEU RODIN, PARIS

O conhecimento

Segundo o livro de Gênesis, do Antigo Testamento, descendentes de Noé chegaram a uma planície na Babilônia e iniciaram a construção de um templo tão alto que chegaria aos céus. Mas Deus castigou a sua soberba e confundiu as línguas. Eles não mais se entenderam e espalharam-se pelo mundo.

São inúmeros os simbolismos que esse relato provoca. A interpretação mais evidente é sobre a origem das diversas línguas; ou poderia ser uma advertência para que os humanos não queiram igualar-se aos deuses.

Imaginemos, porém, a hipótese de que até hoje a humanidade busca o contrário da Babel: o entendimento universal pelo confronto dos discursos diferentes diante dos quais tentamos o entendimento.

Comecemos com Nietzsche, que comenta o que as pessoas entendem por conhecer, a fim de explicar uma das funções do filosofar: olhar como estranho, "ver de fora" aquilo que é familiar, problematizar nossas certezas:

“ O conhecido, isto é, aquilo a que estamos habituados, de modo que não mais nos admiramos, nosso cotidiano, alguma regra em que estamos inseridos, toda e qualquer coisa em que nos sentimos em casa: — como? Nossa necessidade de conhecer não é justamente essa necessidade do conhecido, a vontade de, em meio a tudo o que é estranho, habitual, duvidoso, descobrir algo que não mais nos inquieta? E o júbilo dos que conhecem não seria precisamente o júbilo do sentimento de segurança reconquistado? [...] Erro dos erros! O familiar é o habitual; e o habitual é o mais difícil de ‘conhecer’, isto é, de ver como problema, como alheio, distante, ‘fora de nós’... ”

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*, aforismo 355. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 250-251.

- **Capítulo 9**
O que podemos conhecer? 108
- **Capítulo 10**
Ideologias, 119
- **Capítulo 11**
Lógica aristotélica, 130
- **Capítulo 12**
Lógica simbólica, 141
- **Capítulo 13**
A busca da verdade, 149
- **Capítulo 14**
A metafísica da modernidade, 167
- **Capítulo 15**
A crítica à metafísica, 179
- **Capítulo 16**
A crise da razão, 194



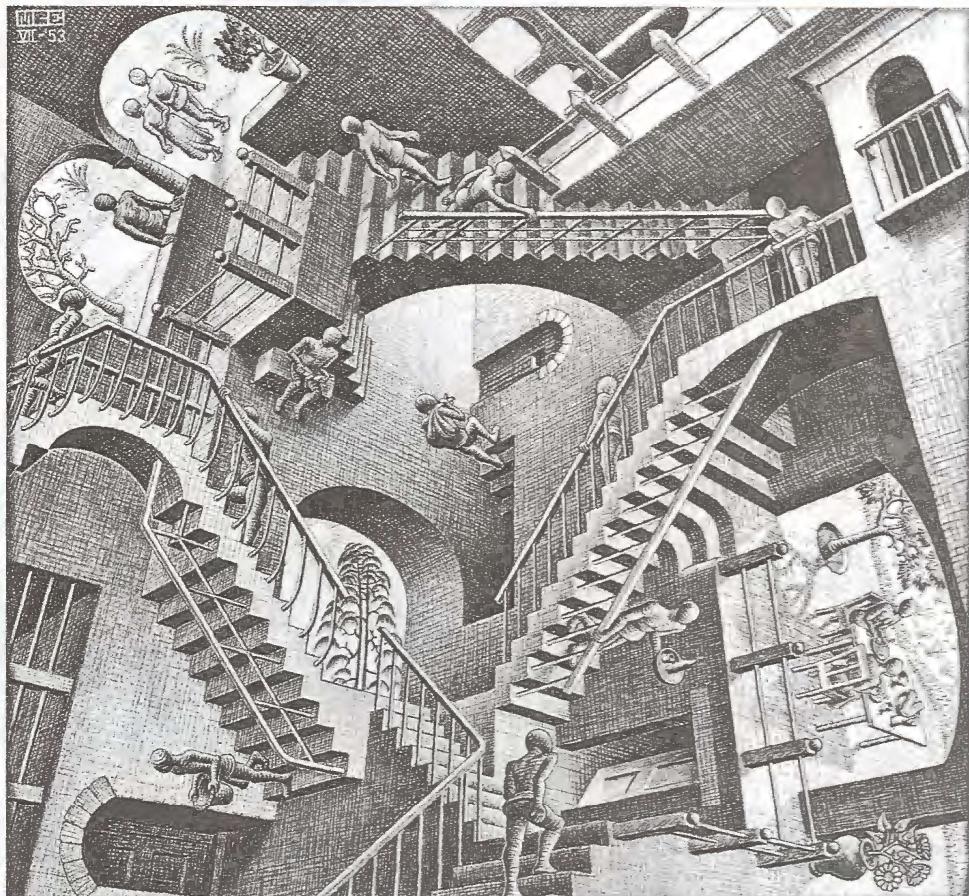
A torre de Babel. Pieter Bruegel, 1563.

Compare o texto de Nietzsche com a alegoria da torre de Babel e discuta com seu colega:

1. Até que ponto, mesmo se falássemos todos nós a mesma língua, a linguagem pode nos confundir em vez de esclarecer?
2. Qual seria o papel da filosofia diante dessa polifonia de vozes divergentes?

Após a leitura desta Unidade, retorne a essas questões para examinar suas reflexões iniciais.

O que podemos conhecer?



Relatividade. Maurits C. Escher, 1953.

THE M.C. ESCHER COMPANY HOLLAND. ALL RIGHTS RESERVED WWW.MCESCHER.COM

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Observe, na parte superior desta litografia, uma escada e duas pessoas que se movem na mesma direção. Mas uma parece descer e a outra subir. Logo abaixo, a parede ao lado daquela que sobe é o solo da outra que se encontra sentada. Na parte inferior, alguém sobe, mas a porta que se abre à sua frente pertence ao espaço possível daquela que desce com a bandeja e a garrafa. Outras figuras se posicionam, sempre invertendo a percepção que temos da horizontal e da vertical. Com base nessas observações, nos perguntamos como as pessoas podem estar no mesmo espaço e ao mesmo tempo em mundos diferentes?

A primeira impressão diante de uma obra de Escher é de estranhamento, mas também de ludicidade, porque o artista brinca com nossa percepção. O que nos faz pensar: será que tudo o que vejo é mesmo real? E se tudo for uma ilusão de meus sentidos? Convivo com pessoas que pensam de modo tão diferente de mim, como se vivessem em outra realidade. O que é o real? Qual a garantia de que a realidade não seja um sonho? Já tive certezas tão arraigadas e que se

dissolveram com o tempo: teria eu caído em erro? E agora, estaria certo? Quais são as garantias de minhas certezas?

Alguém pode dizer que há coisas de que não posso duvidar, porque são evidentes. Mas essa evidência talvez não seja mais do que o hábito, o costume, pois muitas verdades me foram incutidas desde a infância. Também os povos se enganam, basta lembrar que antes de Copérnico e Galileu parecia óbvio que o Sol girasse em torno da Terra, enquanto ela permanecia fixa no centro do mundo. Nem as ciências podem nos garantir certezas? E, se puderem, que tipo de certeza elas nos dão?

1 O ato de conhecer

O campo de investigação filosófica que abarca as questões sobre o conhecer chama-se *teoria do conhecimento*. Tradicionalmente costuma-se definir conhecimento como o modo pelo qual o sujeito se apropria intelectualmente do objeto.

E ETIMOLOGIA

Conhecimento. Do latim *cognoscere*, “ato de conhecer”. Em português derivaram termos como cognoscente, “o sujeito que conhece”, e cognoscível, “o que pode ser conhecido”.

Entendemos por conhecimento o *ato* ou o *produto* do conhecimento.

- O *ato* do conhecimento diz respeito à relação que se estabelece entre o sujeito cognoscente e o objeto a ser conhecido. O objeto é algo fora da mente, mas também a própria mente, quando percebemos nossos afetos, desejos e ideias.
- O *produto* do conhecimento é o que resulta do ato de conhecer, ou seja, o conjunto de saberes acumulados e recebidos pela cultura, bem como os saberes que cada um de nós acrescenta à tradição: as crenças, os valores, as ciências, as religiões, as técnicas, as artes, a filosofia etc.

Neste capítulo, vamos privilegiar o primeiro aspecto: o *ato* de conhecer.

2 Os modos de conhecer

De que maneiras o sujeito cognoscente apreende o real? Geralmente consideramos o conhecimento como um ato da razão, pelo qual encadeamos ideias e juízos, para chegar a uma conclusão. Essas etapas compõem o nosso raciocínio. No entanto, conhecemos o real também pela intuição. Vejamos a diferença entre *intuição* e *conhecimento discursivo*.

► A intuição

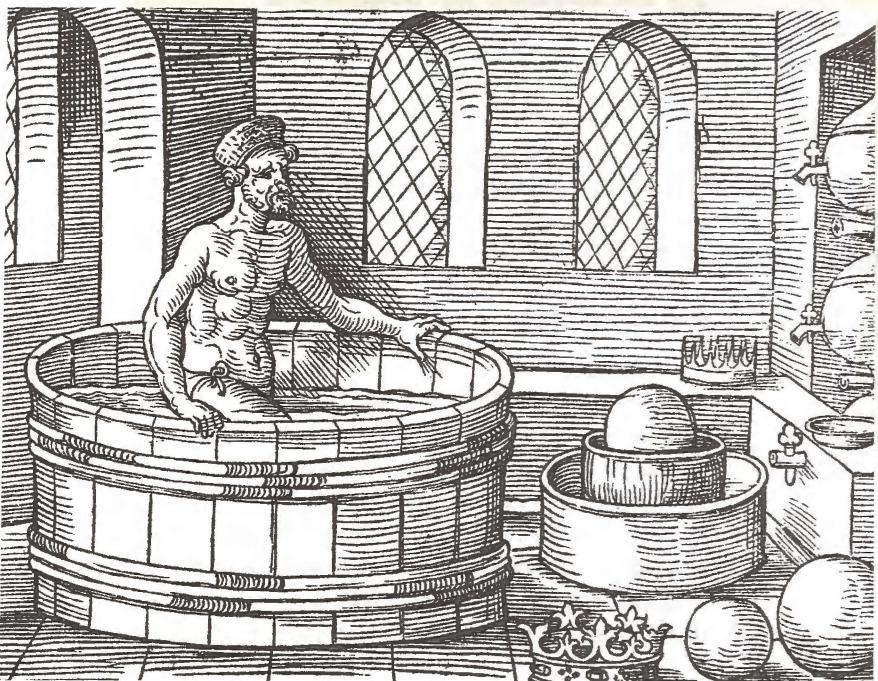
A intuição é um conhecimento imediato — alcançado sem intermediários —, um tipo de pensamento direto, uma visão súbita. Por isso é inexpressível: Como poderíamos explicar em palavras a sensação do vermelho? Ou a intensidade do meu amor ou ódio? É também um tipo de conhecimento impossível de ser provado ou demonstrado. No entanto, a intuição é importante por possibilitar a invenção, a descoberta, os grandes saltos do saber humano.

E ETIMOLOGIA

Intuição. Do latim *intuitio*, do verbo *intueor*, “olhar atentamente”, “observar”. Intuição é portanto uma “visão”, uma percepção sem conceito.

A intuição expressa-se de diversas maneiras, entre as quais destacamos a empírica, a inventiva e a intelectual.

- a) **A intuição empírica** é o conhecimento imediato baseado em uma experiência que independe de qualquer conceito. Ela pode ser:
 - sensível, quando percebemos pelos órgãos dos sentidos: o calor do verão, as cores da primavera, o som do violino, o odor do café, o sabor doce;
 - psicológica, quando temos a experiência interna imediata de nossas percepções, emoções, sentimentos e desejos.
- b) **A intuição inventiva** é a intuição do sábio, do artista, do cientista ao descobrirem soluções súbitas, como uma hipótese fecunda ou uma inspiração inovadora. Na vida diária também enfrentamos situações que exigem verdadeiras invenções súbitas, desde o diagnóstico de um médico até a solução prática de um problema caseiro. Segundo o matemático e filósofo Henri Poincaré, enquanto a lógica nos ajuda a demonstrar, a invenção só é possível pela intuição.



Arquimedes em xilogravura do século XVI. Autoria desconhecida.

O sábio grego Arquimedes (séc. III a.C.) fora incumbido pelo rei de descobrir se o ourives usara menos ouro na confecção de sua coroa. Como saber sem derreter a peça? Obteve a resposta quando percebeu que ao entrar na banheira deslocava certa quantidade de água. Nesse momento, gritou: "Eureka!" (Descobri!). Arquimedes intuiu não só a solução para a dúvida do rei, mas, principalmente, um dos mais fecundos princípios da hidrostática sobre a densidade dos corpos (se quiser saber mais sobre isso, consulte o capítulo 29, "Ciência antiga e medieval").

Com base em sua experiência pessoal, descreva uma intuição que lhe tenha sido proveitosa.

- c) A **intuição intelectual** procura captar diretamente a essência do objeto. Descartes, quando chegou à consciência do *cogito* — o eu pensante —, considerou tratar-se de uma *primeira verdade* que não podia ser provada, mas da qual não se poderia duvidar: *Cogito, ergo sum*, que em latim significa “penso, logo existo”. A partir dessa intuição primeira (a existência do eu como ser pensante), estabeleceu o ponto de partida para o método da filosofia e das ciências modernas.

► Conhecimento discursivo

Para compreender o mundo, a razão supera as informações concretas e imediatas recebidas por intuição e organiza-as em conceitos ou ideias gerais que, devidamente articulados pelo encadeamento de juízos e raciocínios, levam à demonstração e a conclusões. Portanto, o conhecimento **discursivo**, ao contrário da intuição, precisa da palavra, da linguagem.

E ETIMOLOGIA

Discurso. Do latim *discursus*, literalmente “ação de correr para diversas partes, de tomar várias direções”.

Por ser mediado pelo conceito, o conhecimento discursivo é abstrato. Abstrair significa “isolar”, “separar de”. Fazemos abstração quando isolamos um elemento que não é dado separadamente na realidade. Quando vemos um copo, temos a imagem dele, uma representação mental de natureza sensível, concreta e particular: um copo de cristal verde lapidado. A ideia abstrata, porém, despreza as características secundárias para obter a representação intelectual do objeto, que é imaterial e geral. Ou seja, a ideia de copo não se refere àquele copo particular, mas a todos os copos existentes.

Quando dizemos “2”, não importa se nos referimos a duas pessoas ou duas frutas. A matemática faz abstração ao reduzir as coisas, que têm peso, dureza e cor, a pura quantidade. As ciências em geral baseiam-se em abstrações para estabelecer as leis: ao concluir que o calor dilata os corpos, são abstrai-das as características que distinguem cada corpo para considerar apenas os aspectos comuns àqueles corpos, ou seja, o “corpo em geral”, enquanto sub-metido à ação do calor. Quanto mais abstrato o conceito, mais se distancia da realidade concreta. Esse artifício da razão é importante para a superação das particularidades do real e a elaboração de leis gerais explicativas.

Como se dá então o conhecimento? Ao afastar-se do vivido, a razão enriquece o conhecimento pela interpretação e pela crítica. Esse distanciamento,

porém, como enfatizam alguns filósofos, pode representar um empobrecimento da experiência intuitiva que temos do mundo e de nós mesmos. Por isso, o conhecimento se faz pela relação contínua entre intuição e razão, vivência e teoria, concreto e abstrato.

3 A verdade

O que é a verdade? O que alguém quer dizer quando afirma que uma proposição é verdadeira?

Primeiro, vamos comparar o conceito de *verdade* com o de *veracidade* e o de *realidade*.

- **Verdade e veracidade:** suponhamos que alguém me diz que há um lado da Lua que nunca é visto da Terra. Se eu lhe perguntar: “Isto é verdade?”, a indagação pode ter dois sentidos. O primeiro é se meu interlocutor está me dizendo uma verdade ou se está mentindo. Nesse caso, trata-se da veracidade, que nos coloca diante de uma questão moral: o indivíduo veraz é o que não mente. O segundo sentido é propriamente epistemológico: quero saber se a afirmação de meu interlocutor é verdadeira ou falsa. Para tanto, indago se a proposição corresponde à realidade, se já foi comprovada, se a fonte de informação é digna de crédito ou não. É esse tipo de verdade que iremos discutir neste capítulo.

- **Verdade e realidade:** embora diferentes, esses dois conceitos são frequentemente confundidos na linguagem cotidiana. A verdade do conhecimento diz respeito a uma proposição que expressa um fato do mundo. Assim, quando afirmamos “Este colar é de ouro”, a proposição é falsa caso se trate de uma bijuteria. Mas se nos referirmos a coisas (um colar, um quadro, um dente) só podemos afirmar que são *reais*, e não verdadeiras ou falsas.

Calvin



Calvin não teve um comportamento veraz: ele simula uma dor intensa que não sente de fato. Em: *O Estado de S. Paulo*, 18 maio 2008. TV Lazer, p. 24.

Portanto, o falso ou o verdadeiro não estão na coisa mesma, mas no juízo, que representa uma situação possível. Ao beber o líquido escuro que me parecia café, emito os juízos: “Este líquido não é café” e “Este líquido é cevada”. Portanto, a verdade (ou falsidade) se dá quando afirmamos ou negamos algo sobre uma coisa, e esses juízos correspondem (ou não) à realidade.

Estamos diante de um primeiro sentido de verdade: *um juízo verdadeiro é aquele que corresponde aos fatos*. Ainda que essa definição pareça óbvia e esteja de acordo com o senso comum, há uma outra questão que diz respeito ao critério de verdade: podemos *saber* como as coisas são de fato?

4 Podemos alcançar a certeza?

A certeza é o resultado de nossa adesão ao que consideramos verdadeiro. Para entendermos as mudanças ocorridas ao longo da história da filosofia sobre a possibilidade de conhecermos a verdade, vamos distinguir duas tendências principais: o dogmatismo filosófico e o ceticismo.

► O dogmatismo

Há vários significados para o conceito de dogmatismo. Vejamos o sentido do senso comum e o sentido filosófico do termo.

a) O dogmatismo do senso comum

No senso comum, o dogmatismo designa as certezas não questionadas do nosso cotidiano: de posse

Proposição. Expressão linguística de um enunciado (com sujeito, verbo e predicado) que pode ser verdadeira ou falsa. O mesmo que juízo.

Epistemológico. Relativo ao conhecimento. Conferir outros sentidos de epistemologia no **Vocabulário**, no final deste livro.

Bill Watterson



© 1998 UNIVERSAL PRESS SYNDICATE
2009 WATTERSON/DIST. BY ATLANTIC SYNDICATION
UNIVERSAL PRESS SYNDICATE